



BOLETIM PERIÓDICO Nº 15. FEVEREIRO 1997

Gralha

Retrato
robot do
Guerrilheiro
Urbano
p.4

Centos de manifestações conformam crise nacional



Estudantes universitários no dia 3 de Dezembro de 1996, momentos antes de sucederem-se as cargas policiais.

Nos últimos dois meses do ano 96 tinham lugar no nosso país 48 manifestações. Palavras como «carga policial, feridos no enfrentamento, grupos minoritários, guerrilha urbana...» eram habituais na comunicação social galega. Estudantes, operários de Endesa, labregos e outros colectivos decidiam exprimir as suas reivindicações nas ruas das nossas cidades e vilas. Actos nem sempre bem entendidos pelas autoridades políticas e policiais, que quase sempre os qualificam como «grupos minoritários, sem representação social». Quando as vias políticas não chegam para recolher os desejos das pessoas está sempre justificado o protesto na rua.

A nossa equipa de redacção elaborou como mostra um dossier dos conflitos dos últimos dois meses do ano 1996.

Pág. 4,5

Grande acolhida à campanha «GZ»

Com a primeira edição de autocolantes esgotada e a segunda a ponto de fazê-lo, continua a campanha do «GZ» identificativo dos carros. O grande êxito obtido anima-nos a continuar espalhando a ideia de fazer que o «GZ» da Galiza se veja mais cada dia. Trata-mos de fazer desaparecer o insultante «E» do panorama automobilístico galego.

Vemo-nos, por suposto, na obrigação de agradecer publicamente a um dos nossos assinantes a contribuição desta estupenda ideia, nem só em nosso nome mas no do conjunto das pessoas que a aceitaram e levaram a efeito colocando o autocolante e distribuindo-o nos diferentes ambientes do país. Por citar algum colectivo, nome estritamente linguístico, diremos, por exemplo, que o cinema-clube «Os Papeiros» fez sua a iniciativa, enchendo as vilas de Chantada e Tabuada com o «GZ» e, mesmo, enviando comunicação à imprensa da campanha que estavam a desenvolver em colaboração com nós. Continuamos, pois, dispostos a satisfazer qualquer encomenda de autocolantes «GZ» para grupos, pessoas ou entidades que os quiserem distribuir. Enviaremos, como sempre, a preço de custo, pois neste caso não procuramos o financiamento do periódico, mas a restauração do topónimo e a sua popularização.

Animamos, a propósito disto, os restantes assinantes a trabalhar da maneira que eles próprios escolham pela dignidade colectiva. Estamos abertos a novas campanhas que nos sugiram, bem como à publicação de quanta informação gerem estes temas.

Sobra dizer que acolheremos de bom grado toda a informação recebida na Gralha, e avaliaremos seriamente em cada caso a possibilidade da sua publicação. Aproveitamos também para oferecer as nossas páginas a outros temas da actualidade nacional e internacional que os nossos assinantes proponham. Instamos os diferentes colectivos sociais a que nos enviem informação, quando menos os comunicados de imprensa que habitualmente enviam a outros meios. Por suposto, nem sempre podemos garantir a sua publicação por razões de periodicidade e espaço, mas poderão estar certos de que serão sempre acolhidos com interesse.



Deserção, a nova insubmissom

No passado dia 25 de Janeiro, saía às cinco da tarde da alameda de Compostela umha manifestação com o lema «Nom à repressom, insubmissom». Esta tinha um carácter solidário com respeito a Elias Roças e Ramiro Paz, insubmissos aos quartéis.

Esta nova tática consiste em incorporar-se a filas, para depois abandoná-las, estar um tempo na clandestinidade e posteriormente entregar-se num acto público. Com este proceder evitam-se as inabilitações na vida civil, novo castigo «legal» aos insubmissos. O «delito» de deserção é competência de tribunais militares. As penas oscilam dos dois anos e quatro meses até os seis anos de prisão. p.2

Lisboa, EXPO 98

A capital portuguesa prepara desde há tempo a sua exposição mundial. Será no dia 22 de Maio de 1998 quando abra as suas portas a EXPO, sob o lema de «Os Oceanos: um Património para o Futuro». A dia de hoje nada sabemos de umha possível presença galega na mesma. Se na Expo espanhola de Sevilha se construiu um pavilhão oficial da Galiza, com muitos mais motivos deveríamos ter representação digna e oficial na EXPO 98 de Lisboa. p.2

MRTA assalta embaixada japonesa em Lima

Réportagem feita com dados não habituais noutros meios de comunicação. Fala directamente o MRTA (Movimento Revolucionário Tupac Amaru) sobre os seus objectivos e história, bem como a situação social no Peru actual. Dados básicos para entender a possível resolução desta crise. p.3

Novas detenções de presos políticos

Três pessoas que já estiveram detidas com anterioridade foram novamente encarceradas. Detenções feitas com umha ostentosa montagem policial respondendo, sem dúvida, aos interesses políticos do momento. p.2

Quais são os nossos limites territoriais?

Umha visão que pode deitar algumas luzes sobre umha das principais questões de todo o nacionalismo: Onde começa e onde acaba o nosso território. Pode o domínio linguístico de um idioma conformar e delimitar as fronteiras? p.6

Lisboa, EXPO 98

A zona oriental de Lisboa tem sido a das indústrias pesadas, refinarias e depósitos de combustível. Finalmente, com o decurso dos anos e as mudanças económicas, ficou abandonada. Resgatar essa imensa área para realizar uma exposição mundial devia ser, à partida, motivo de entusiasmo e empenhamento para Portugal. E assim parece ser, pois, apesar das polémicas que um acontecimento e uma intervenção urbanística como esta provocam, a organização segue.

No dia 7 de Janeiro deste ano inaugurou-se o Centro de Informação, o primeiro edifício já a funcionar. Nele dá-se um avanço da exposição propriamente dita, com o programa cultural, o desenho das obras em curso através de maquetas, meios audiovisuais e multimédia ...; sem esquecer uma loja e um bar.

Nesta altura do ano, ainda a 470 dias para a inauguração oficial, já mais de oitenta comissários-gerais têm sido designados por diferentes estados e organizações participantes. Muito nos tememos que, de não surgir nenhuma iniciativa política no intervalo, os galegos tenhamos que ter representação no comissário espanhol Luis Miguel Enciso, catedrático da universidade de Valladolid, quem fala da «dimensão ibérica», deixando em evidência o que isto significa para ele. Em longas entrevistas concedidas a meios portugueses, nunca tem feito menção da Galiza. Não sabemos se por ignorância ou interessadamente, o único exemplo histórico de relacionamento a nível peninsular que se lhe ocorre é o Tratado de Tordesilhas.

Não vamos descobrir agora a língua, cultura, economia e ser nacional comuns à Galiza e Portugal. Sem esquecer, a propósito do tema central da EXPO 98: «Os Oceanos, um Património para o Futuro», o atlantismo manifesto e a ligação galego-portuguesa com o mar, nas suas diversas facetas.

Três pessoas detidas, novos presos políticos

Inácio Martins Orero, Oliva Rodrigues Valadares e Jesus Irago Pereira, fôrom detidos durante os dois últimos meses nas cidades de Ferrol e Compostela.

Os três casos são similares, por tratar-se de condenações que se fazem cumprir após vários anos em liberdade.

A primeira detenção era a de Inácio Martins Orero em Ferrol, ao qual a «Audiência Nacional» lhe impusera seis anos de prisão. Da sua condenação tem cumprido três anos em diversas cadeias do estado espanhol.

Inácio levou a cabo uma greve de fome durante sete dias para reivindicar o seu direito a ficar em prisões galegas. Actualmente encontra-se na cadeia da Corunha.

Outro caso similar é o de Oliva Rodrigues, com já seis meses de cadeia cumpridos no ano 1992. Agora terá de completar os quatro anos por «colaboração frustrada» com o EGP (Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive); apesar de que ainda não há sentença definitiva por estar o caso recorrido perante o tribunal constitucional espanhol.

Jesus Irago Pereira, era detido mais recentemente por causa dumha sentença de 1991. É considerado num comunicado do Governo Civil da Corunha como «presumível integrante do EGP». As organizações galegas de apoio aos presos independentistas, consideram que o excessivo rigor no cumprimento do ordenamento jurídico vigente só se aplica aos independentistas e não aos presos relacionados com o narcotráfico, corrupção política, etc.

O comunicado enviado pelo Governo Civil da Corunha aos meios de comunicação a raiz da última detenção é especialmente duro. Nele imputam-lhe a Jesus Irago um «amplo historial de delitos de terrorismo» e faz-se autopropaganda mediante um alarde de força ao proclamar que a detenção foi fruto «do intenso trabalho realizado na luta anti-terrorista pela polícia nacional»; quando esta pessoa era sobradamente conhecida por regentar diariamente um pub da cidade compostelana. No mesmo comunicado, trata-se de criminalizar formações políticas como, PCLN, JUGA, FPG, APU, CAR, ao relacioná-los com a actividade armada do EGP.



Suso Irago, era detido o 17 de Janeiro em Compostela

Desertar, nova estratégia dos insubmissos

A *insubmissom nos quartéis* consiste na incorporação daqueles moços que optam por praticar esta tática ao recinto castrense para fazer o SMO (Serviço Militar Obrigatório), após atribuição de destino por meio do tradicional *sorteio de quintos*. Depois de atingirem a condição de soldados, estabelecido na Reforma da Lei do Serviço Militar, abandonariam a sua unidade, passando à clandestinidade até a sua entrega voluntária mediante um acto público no que forçariam a sua detenção.

A *insubmissom nos quartéis* nasce na necessidade de dar uma resposta adequada às decisões adoptadas pelo governo espanhol a respeito da insubmissom, designadamente a modificação das penas contempladas no novo Código Penal. Os novos castigos impõem até 14 anos de inabilitação para o exercício de qualquer emprego ou cargo ao serviço das administrações, entidades ou empresas públicas, ou dos seus organismos autónomos, impedindo a obtenção de bolsas, subvenções ou ajudas públicas de qualquer tipo, junto com sanções administrativas -multas-. Assim mesmo regula-se a condenação de prisão de maneira que aqueles que careçam de antecedentes penais não ingressarão na mesma. Isto supõe, na prática, que os encarceramentos se limitarão a casos excepcionais.

Estas modificações perseguem dois objectivos fundamentais: reduzir o alarme social que provoca o ingresso em prisão dos insubmissos, enfraquecendo o movimento de solidariedade criado à sua volta, e aumentar o carácter punitivo das sanções, provocando a «morte civil» dos que optarem por esta via, ao deixá-los à margem do subsidiado e precário mercado laboral galego.

O PP, como genuíno representante do actual militarismo espanhol, segue sem dar uma resposta satisfatória ao problema do pleno reconhecimento do direito à Objecção de Consciência, castigando os antimilitaristas com penas mais duras, mas menos visíveis.

Estas medidas, unidas ao anúncio de profissionalização do Exército espanhol, pretendem criar na sociedade a falsa imagem de que o problema da insubmissom já não existe, e que os militares e o Governo estão isentos de toda responsabilidade.

O Movimento Antimilitarista Galego considera que o problema não só não desapareceu, senão que se agrava com estas reformas governamentais, introduzindo novas dificuldades no objectivo estratégico de atingir uma Galiza desmilitarizada. Para fazer frente a isto, a ANOC (Assembleia Nacional de Objecção de Consciência) vem desenvolvendo desde inícios do Verão uma vasta campanha sob o lema NEM OBRIGATÓRIO, NEM PROFISSIONAL: ABOLIÇÃO DO EXÉRCITO, explicando à opinião pública a única alternativa consequentemente antimilitarista: vincular o final do Serviço Militar Obrigatório à supressão dos gastos militares, saída de Galiza das estruturas militaristas supraestatais: OTAN e UEO, e paulatino desmantelamento da indústria armamentística.

Conscientes da diminuição da eficácia que a partir de agora tomaria a insubmissom tal como se vinha praticando viu-se necessário defrontar estas reformas com um salto qualitativo na desobediência civil, enfrentando-se directamente ao estamento militar, resituando-o de novo no epicentro do problema.

A insubmissom de facto passará directamente da jurisdição civil à militar sendo tipificada no Código Penal Militar como delitos de desobediência permanente (artigo 120.3) ou deserção (artigo 120). Em ambos os casos a pena é de dois anos, quatro meses e um dia, a seis anos de prisão. Cumpriria-se numa cadeia militar -na actualidade só funcionam a de Alcalá de Henares, em Madrid, e a de Cartagena- após serem julgados pelo IV Tribunal Militar da Corunha. Previamente ao juízo, poderiam permanecer em prisão preventiva, bem nestes centros, ou bem noutros: calabouços das casernas ou prisões civis.

Neste contexto, dois moços galegos optaram por fazer-se insubmissos nos quartéis.

Elias Roças e Ramiro Paz, incorporavam-se às filas no passado 5 de Novembro de 1996 no Centro de Instrução da Marinharia de Ferrol, abandonando o mesmo após obterem a sua condição legal de militares.

Diferentes actos de solidariedade têm sido convocados ao longo do país em apoio à corajosa e firme decisão de Elias e Ramiro ao fazerem-lhe frente ao Exército Espanhol.

Novas soluções às novas trabas e problemas que o estamento civil e militar espanhol põem à nossa juventude mais lúcida e comprometida.



Elias Rozas Álvarez e Ramiro Paz Correia, os dois primeiros insubmissos dentro da jurisdição militar

Já tem a vossa Gralha três anos cumpridos neste Fevereiro, com um espaço no panorama comunicacional galego. Poderás observar a constante evolução, produto não da imaturidade das e dos seus integrantes, mas das irreprimíveis ânsias por melhorarmos o trabalho oferecido. Seguiremos por este caminho de dignificação do nosso idioma, cultura e país. Confessamos admiradores e seguidores do labor feito nos anos 20 e 30 em Buenos Aires pela publicação A Fouce, a voz do independentismo, entom denominado arredismo, foro de debate e discussão de todo o relacionamento com a Galiza da altura.

Reproduzimos aqui uma nota publicada no nº 77 da Fouce, de Janeiro de 1935, adaptado à língua actual:

NEM COM MONARQUIA NEM COM REPÚBLICA; NEM COM AUTONOMIA NEM COM FEDERALISMO O POVO GALEGO SERÁ DONO DE SI.

GALIZA ARREDADA DA ESPANHA, SÓ ADMINISTRANDO AS SUAS RIQUEZAS, GADARIA, AGRICULTURA E INDÚSTRIA DO PEIXE, E LIVRE DE FAZER TRATADOS COM OUTROS POVOS, CHEGARÁ A SER TAM RICA COMO A HOLANDA OU COMO A BÉLGICA.

editorial

Mas para que todo isso puder algum dia deixar de ser tão só uma utopia, é preciso antes o trabalho abnegado, ingrato, porém imensamente estimulante, de dotar ao nosso povo de uns meios de comunicação livres, contrapostos à informação que as

superestruturas de poder tentam dar como a «única possível». Pois sempre existem imensas maneiras de observar a realidade.

E neste labor de informação estamos, para o que contamos contigo. A denúncia de qualquer injustiça social para com o nosso povo sempre terá cabida na Gralha.

Gralha
BOLETIM PERIÓDICO

EDITORES: Grupo Meendinho-Renovação
REDACÇÃO: Jesus M. C., José M. Outeiro, André Outeiro, Beatriz Árias, Moncho de Fidalgo, Júlio A. Rodrigues, Santiago Peres, Gabriel Lopes, Marcos Ferradás, Xavier Diogues
COORDENAÇÃO: José Manuel Aldea
COLABORADORES: Konstantino Graphia. **ILUSTRAÇÕES:** Moxom
CORRESPONDÊNCIA: Apartado 678 . 32080 Ourense. Galiza.
Tel. 988-213437. E mail: gralha@eucmax.sim.usm.es
IMPRESOM: Correio do Minho **DEPÓSITO LEGAL:** OUR-167/95

A Gralha voa nos primeiros quinze dias de Fevereiro, Maio, Julho, Outubro, e Dezembro.

Os artigos são de livre reprodução respeitando a ortografia e citando procedência.

As opiniões expressas nos artigos não representam necessariamente a posição da Gralha.

MRTA: Movimento Revolucionário Tupac Amaru

A rendição impossível

A acção do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) no 17 de Dezembro último passando a tomar a residência do embaixador do Japão no Peru situa-se no principal objectivo estratégico desta organização: a excarceração dos seus 458 companheiros dispersos pelas diferentes prisões do país. Os reféns passam assim a ser considerados «prisioneiros de guerra» e a sua sorte depende da decisão que adoptar o presidente Fujimori sobre as reivindicações que expõe o MRTA, as quais também recolhem importantes aspectos sociais.

Era no 17 de Dezembro do ano 96 quando o MRTA se fazia com o controlo da residência do embaixador do Japão em Lima, instalando explosivos no seu interior. Em mensagem telefónica difundida através dos meios, a organização guerrilheira declara que os reféns são considerados «prisioneiros de guerra», condicionando a sua liberdade à dos 458 presos do MRTA e afirmando: «Ou todos são libertados ou aqui morremos todos. Não nos rendiremos».

O presidente Fujimori declara que não aceitará chantagens terroristas.

Ao ser libertado um grupo mediador formado por cinco pessoas, começam a conhecer-se mais pelo miúdo as reivindicações dos assaltantes:

- Libertação de todos os presos do MRTA.
- Restabelecimento da estabilidade laboral e dos direitos sindicais.
- Abolição da nova Lei de Terras e reconhecimento da comunidade camponesa.
- Congelamento da intervenção privada nas Universidades Estaduais.

Fujimori declara que quer acabar com o MRTA e fala de «aniquilar a sangue e fogo» o comando que ocupa a residência do embaixador do Japão. Entretanto, o comando do MRTA liberta mais 20 reféns.

No 1 de Janeiro o chefe do comando declara que não aceita a rendição e o exílio dos membros do MRTA que ocupam a embaixada.

Em declarações posteriores o presidente Fujimori tenta restar importância à crise dos reféns da embaixada japonesa dizendo que é um «facto isolado» que não perturbará a marcha económica do país. Qualificou também de «erro» crer que «a pobreza se pode superar com violência».

Foi no 9 de Janeiro quando o Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol se negava a receber o representante do MRTA na Europa, que tinha como missão solicitar a mediação da Espanha na resolução pacífica do conflito.

A dois meses do sequestro as reivindicações dos guerrilheiros mantêm-se nos quatro pontos iniciais:

- Mudança da política neoliberal peruana.
- Libertação dos 458 presos políticos do MRTA.
- Deslocação de todos eles a uma zona selvática da Amazônia central peruana.
- Pagamento de uma «contribuição de guerra» por parte do estado peruano.

A situação de aparente calma dentro da embaixada contrasta fortemente com as denúncias sobre a grave situação nas cadeias peruanas. A Comissão de Penal da Associação Livre de Advogados declarou desde Madrid que o assalto à embaixada estava propiciado pela constante violação dos direitos humanos na cadeia do Peru, mantendo os presos políticos, de por vida, em celas de 2 por 3 metros, baixo terra, em instalações militares, denominando-as «túmulos para seres vivos», sem respeito nenhum à sua dignidade e que ocasionam graves consequências físicas e psicológicas para as pessoas. Esta associação exige «a derrogação das leis antiterroristas e de excepção pelas que até os presos têm sido condenados por juízes sem rosto, devendo ser postos imediatamente em liberdade». Adverte, além disso, do «perigo que supõe a ingerência dos EUA na solução pela força do conflito» e exige a abertura de um processo negociador com o MRTA.

Nas últimas datas a tensão cresce e aumenta a pressão da polícia e o exército sobre o comando, os jornalistas e o trabalho humanitário da Cruz Vermelha.



Comandante Nestor Cerpa, máximo dirigente do MRTA na embaixada japonesa.

Ideário e história

O MRTA fundou-se no ano 1982, como consequência da fusão de duas organizações: PSR-ML e MIR-EM. Considera-se um movimento «marxista-guevarista», defensor do leninismo e manifesta-se aberto à colaboração «com as diversas correntes do campo popular».

O seu aparecimento público produziu-se em 1984 realizando quatro acções em Lima onde demonstravam já uma dinâmica organização urbana. Num primeiro momento eram acções de propaganda, como a toma de rádios ou o assalto a camiões de víveres para serem distribuídos nos bairros populares. Esta organização lança constantes chamamentos a unidades da esquerda e considera-se uma prolongação das lutas do povo peruano desde a resistência contra a colonização espanhola até agora.

A concepção estratégica do MRTA é a guerra revolucionária prolongada, que define como «entrelaçamento de factores ideológicos, políticos, económicos e militares em torno ao eixo estratégico da luta armada». No entanto, considera que a guerra revolucionária se desenvolve onde estão as massas, «tanto na cidade como no campo», ainda que acham que enquanto no campo tem de se constituir a força militar regular, «as cidades devem manter-se como centros de luta político-social, principalmente, para preparar as condições da ofensiva insurreccional».

Principais Acções

Depois da sua «estreia» na vida política peruana, no 16 de Agosto de 1985 decide suspender as suas acções político-militares ao triunfar Alan García como presidente «por considerar que conseguira grandes expectativas populares». Um ano depois finaliza a trégua ao perceber que não se tinham cumprido as mudanças esperadas.

A partir de 1987 amplia o seu campo a vários departamentos do Peru e logo toma a cidade de Tabalosos (San Martín), fazendo coincidir a acção com o aniversário da morte do Che Guevara. Depois consegue também Juanjuí. Começa a receber os primeiros golpes policiais com a detenção de Lucero Cumpa, integrante do Comité Central do MRTA.

A libertação desta dirigente produziu-se em Março de 1991 quando um comando assalta a cadeia na que estava reclusa. Um ano antes, no 9 de Julho de 1990, quase meio cento de presos da organização logra fugir-se do penal de Castro Castro através de um túnel. Entre eles estava o máximo dirigente do MRTA, Víctor Polay, que seria apanhado novamente em 1992.

No 1993 emboscaram vários camiões militares e realizam um «paro armado» nas cidades de Chanchamayo e Oxapampa e em 1996, apesar das triunfalistas versões do Governo de Fujimori sobre a sua «desarticulação», atacam a base que o Exército tem em Oxapampa, enfrentam-se com a polícia no departamento de San Martín e fazem incursões num heliporto petrolífero de Satipo. O assalto à residência do embaixador do Japão veio precedido, nesse mesmo ano, por novas incursões guerrilheiras em Junín (1 de Setembro) e Fundo (18 de Setembro).

Peru em cifras

População em 1993: 22 milhões. Taxa de analfabetos no mesmo ano: 15%.

No 5 de Abril de 1992, Fujimori, já presidente como líder da agrupação Cambio 90, realiza um «autogolpe» de estado que instaura no país uma liberalização económica muito agressiva. Isto propicia uma forte entrada de capital japonês, espanhol e francês, entre outros.

A privatização acelerada de empresas públicas, permitiu a Fujimori apresentar taxas de crescimento das mais altas do mundo (por exemplo de 12% no ano 1994)

Ao tempo, cifras oficiais falam de 75% da população activa peruana nas estatísticas de subemprego e de mais de 50% da população geral em situação de pobreza. Outras fontes situam a taxa de pobreza em 80%, sobretudo entre os habitantes dos estados selváticos.

O trabalho está legalizado desde os 12 anos, mas é geral no país que crianças muito menores dessa idade trabalham.

Um relatório do MRTA fala de treze milhões de peruanos na pobreza absoluta, 30000 pessoas mortas pela política de extermínio contra a oposição que leva a cabo o governo, 5000 desaparecidos, e 9000 presos políticos produto dos anos de maiores conflitos entre o governo e as organizações políticas e guerrilheiras.

MRTA: «A nossa tarefa é construir consciência revolucionária»

Entrevista a Norma Velazco, representante do Movimento Revolucionário Tupac Amaru no Peru. Foi difundida na Internet e resume as condições que desembocaram no assalto à embaixada e a grave situação dos presos políticos peruanos.

Q.- Por que o MRTA procura um confronto internacional?

R.- O MRTA deseja um confronto com a comunidade internacional, mas respeita a integridade dos seus representantes. No entanto, não libertaremos estes diplomatas com o fim de evitar um «banho de sangue» e atingir uma solução política.

Q.- Em geral, as lutas guerrilheiras na América do Sul já terminaram. Que quer o MRTA?

R.- Nós respeitamos as decisões das guerrilhas do Salvador e Guatemala e, ainda que somos críticos com essas decisões, consideramos que eles são os que melhor conhecem a situação nos seus países. No entanto, nós rejeitamos categoricamente as conversas de paz com o governo. Este é o ponto de vista tanto das bases do MRTA quanto dos seus líderes. Ainda é preciso reivindicar uma luta revolucionária pela mudança social.

Q.- Por que é precisa?

R.- Depois do declínio durante os últimos anos do movimento popular, temos a tarefa de construirmos uma consciência revolucionária. A reorganização das organizações populares terá como vanguarda as organizações armadas, que serão um grave problema para o governo. Nos últimos três anos duas barracas militares e quatro helicópteros do Exército foram destruídos. Mas os meios de comunicação e o governo do Peru nunca reconhecem estas acções militares. Porém, não vão poder ignorar esta acção.

Q.- Qual a situação dos presos políticos?

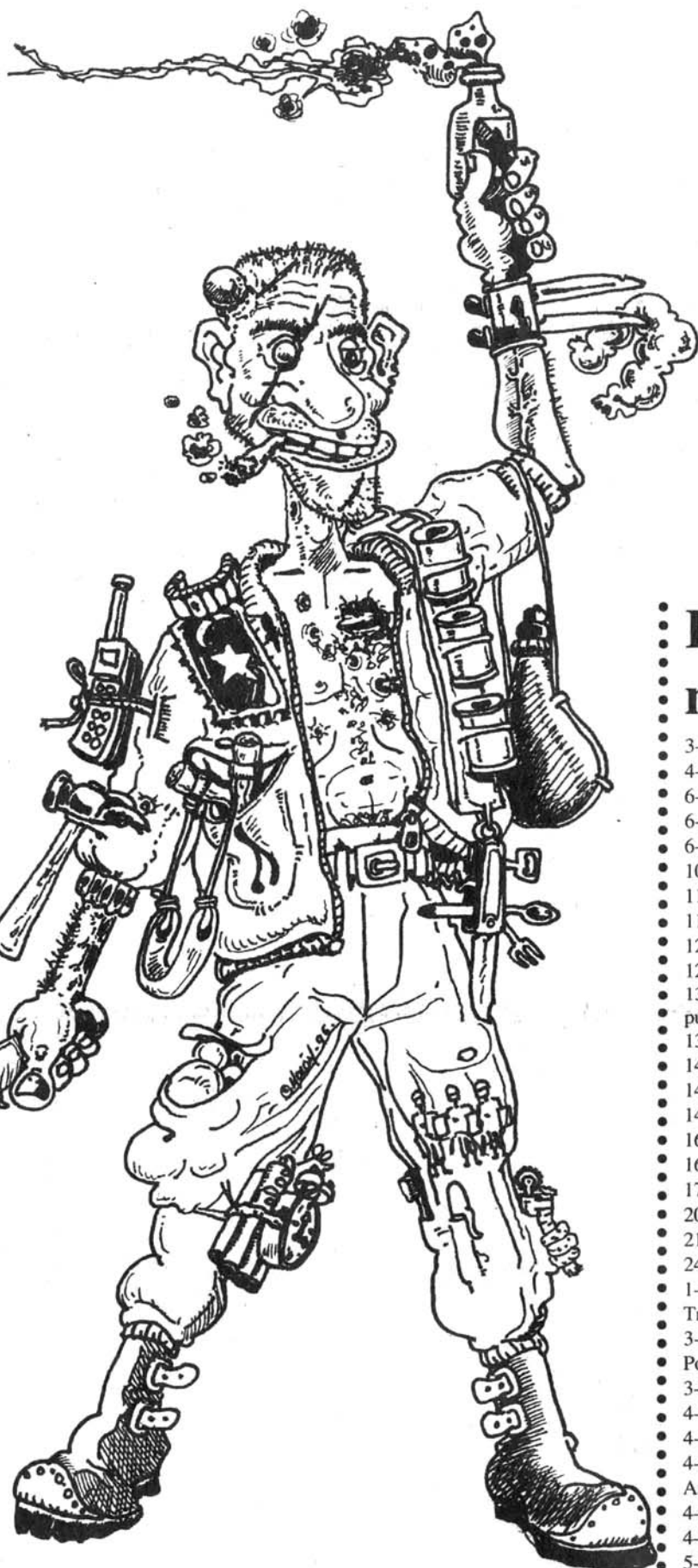
R.- Depois do golpe de Estado de Fujimori em 1992, uma ditadura civil-militar impu-se no Peru. Aprovaram-se leis especiais contra as organizações esquerdistas que dão à Polícia, ao Exército e à Justiça todos os meios imagináveis de repressão. Há milhares de presos políticos em Peru. A maioria deles, tanto mulheres como homens, rejeitaram oferecimentos de amnistia. São vítimas de métodos especiais de tortura física e psicológica.

A gente arrestada é sentenciada em menos de 24 horas, sem qualquer possibilidade de defesa. Os prisioneiros devem viver em incomunicação total durante todo um ano. Seguidamente, podem receber uma visita de meia hora cada mês, mas unicamente dos familiares imediatos. Só lhes é permitido sair do confinamento das suas diminutas celas durante meia hora por dia. Não dispõem nem de rádio nem de televisão e nega-se-lhes o tratamento médico. A comida é péssima, amídiu está podre e os funcionários de prisões deitam vidros, ratos ou cascudas nela. As mulheres devem suportar ainda vexações e intimidação sexual. Os prisioneiros recebem só um par de litros de água por dia para beber, lavar-se e tomar banho.

Realizada por Peter Nowak, K. Junge Welt (19/XII/96).

Conflito particular

Guerrilheiro urbano segundo Diz Guedes.



Três de Dezembro: a estudantada protesta em Compostela polos recortes nos investimentos na educação pública. Como resposta do governo, repressão policial com catorze feridos leves. Ao dia seguinte nova manifestação contra a carga policial com o lema «Partido popular, partido policial»; participáram 4000 estudantes.

Em dous meses 80000 pessoas mobilizadas.

- 3-XI-96. Reclamo da melhora da estrada costeira N-642. Plataforma Pró-Estrada da Costa. Burela.
- 4-XI-96. Bloqueio acesso da Câmara Municipal de Mós. 150 pessoas. Afectados polo gasoduto.
- 6-XI-96. Má gestom do Instituto de Medicina Técnica (MedTec). Vigo.
- 6-XI-96. Greve de ensino secundário para pedir atençom ao ensino público. Vigo.
- 6-XI-96. Fim do encerro de 57 dias polo ensino público em Guláns.
- 10-XI-96. Apoio ao insubmisso Manuel Caride. Convoca Galiza Nova. Vigo.
- 11-XI-96. Baixos orçamentos para o ensino público. Sindicato de Estudantes. Estado.
- 11-XI-96. Encerro em defesa do ensino público. Liceu de E. M. Álvaro Cunqueiro de Vigo.
- 12-XI-96. Pola falta do 2º ciclo de Relações Públicas em Vigo. Alunos de Rel. Públ., Vigo.
- 12-XI-96. 9000 milhões, dívida do governo galego às Universidades. 1000 pessoas. CAE. Compostela.
- 13-XI-96. Em protesto pola congelaçom salarial dos funcionários, os recortes orçamentais ao ensino público... Pessoal docente. Redondela e Vigo.
- 13-XI-96. Contra o traslado de Humanidades à Ponte Vedra. Alunos de Humanidades. Vigo.
- 14-XI-96. Baixas nos orçamentos à educação pública. Coordenadora Defesa do Ensino. 8000. Nacional.
- 14-XI-96. Reclamando a defesa do sector lácteo. 50 pessoas. Paço de Rajói. Organizações agrárias.
- 14-XI-96. Pola insubmissom e contra a tropa. 200 pessoas. Compostela.
- 16-XI-96. Contra a congelaçom salarial. 3000 pessoas. CIG. Compostela.
- 16-XI-96. Oposiçom à construçom, barragem rio Úmia. 2000 pessoas. Coord. Anti-Barragem. Caldas.
- 17-XI-96. Contra o traçado do gasoduto ao passo por Mós e Torneiros. 1000 pessoas. Mós.
- 20-XI-96. Encerro cumprimento acordo: aumento salário dos funcionários. 30 pessoas. CIG. Corunha.
- 21-XI-96. Polas melhoras no Campus. 6000 pessoas. Ponte Vedra.
- 24-XI-96. Em defesa do emprego em Endesa. 3000 pessoas. CIG, CCOO, UGT. Pontes.
- 1-XII-96. Em protesto pola carga policial em Pontedeume, demissom do Governador Civil. 3000 pessoas. Trabalhadores de Endesa. Pontes de Garcia Rodrigues.
- 3-XII-96. Pola reestruturaçom de postos de trabalho em Endesa. 4000 pessoas. Trabalhadores de Endesa-Pontes. Pontes de Garcia Rodrigues.
- 3-XII-96. Polo ensino público. 2000 pessoas. Assembleia de Estudantes. Compostela.
- 4-XII-96. Polo baixo preço das patacas. 3000 pessoas. SLG,UUAA. Ginzo.
- 4-XII-96. Para rejeitar a supertaxa. 10000 pessoas e 200 tractores. Mesa do Leite. Compostela.
- 4-XII-96. Em protesto da carga policial do dia 3, lema: «Partido Popular, Partido Policial». 4000 pessoas. Assem. de Est. da Univ. de Compostela. Compostela.
- 4-XII-96. Polo deterioro do ensino público face ao privado. 45% do alunado. Nacional.
- 4-XII-96. Encerro do Comité de Empresa de Larsa exigindo explicações sobre a transaçom. Vila-Garcia.
- 5-XII-96. Encerro de 8 dias: soluçom à falta de professorado. Alunos de 3º de Agro-alimentares. Ourense.
- 6-XII-96. Manifestaçom contra a Constituiçom espanhola. AMI. 300 pessoas. Vigo.
- 6-XII-96. Concentraçom contra a Constituiçom espanhola. Estudantes Independentistas. 60 pessoas. Ourense.
- 8-XII-96. Paragem do trânsito pola falta de investimentos para manter Endesa e rejeitando o plano da direcçom. 500 carros. Trabalhadores de Endesa. Rábade.
- 9-XII-96. Polas dívidas de pagamento de salário. 50 pessoas. CIG-CCOO. Monforte.
- 10-XII-96. Manifestaçom a favor de umha política nom discriminatória com os esmolantes de Vigo, com o lema «A pobreza nom é delito». Vigo.
- 10-XII-96. Fim do encerro começado no 26-XI-96 para exigir um preço digno para a pataca. Pataqueiros da Límia. Na Casa da Cultura de Ginzo.
- 10-XII-96. Sentada ante a Reitoria da Univ. em protesto polo alto nível de reprovados. 70 pessoas. Estudantes de Empresariais. Compostela.
- 11-XII-96. Exigindo ante a Deleg. de Educ. menos massificaçom e mais professores no ensino médio. 150 pessoas. Estudantes. Lugo.
- 11-XII-96. Contra a congelaçom salarial. Toda Galiza.
- 12-XII-96. Tractorada na N-120. 250 pessoas.
- 13-XII-96. Greve que cessou 50 serviços de transporte. Trabalhadores de Raul.
- 14-XII-96. Traslado à Galiza dos presos independentistas. CAR.
- 19-XII-96. Tractorada de Ginzo a Ourense. Sector pataqueiro.
- 20-XII-96. Pola má gestom do Instituto Galego de MedTec. Trabalhadores dos Hospitais «Nicolás Pena», «Meijoeiro» e «Geral-Cies».
- 21-XII-96. Reclamaçom polo uso do galego nas estações de autocarros. MDL. Lugo.
- 21-XII-96. Concentraçom contra a exploraçom por McDonald's. Colectivo Anti-McDonald's. Vigo.

TOTAL PESSOAS MOBILIZADAS (aprox.) 90.000

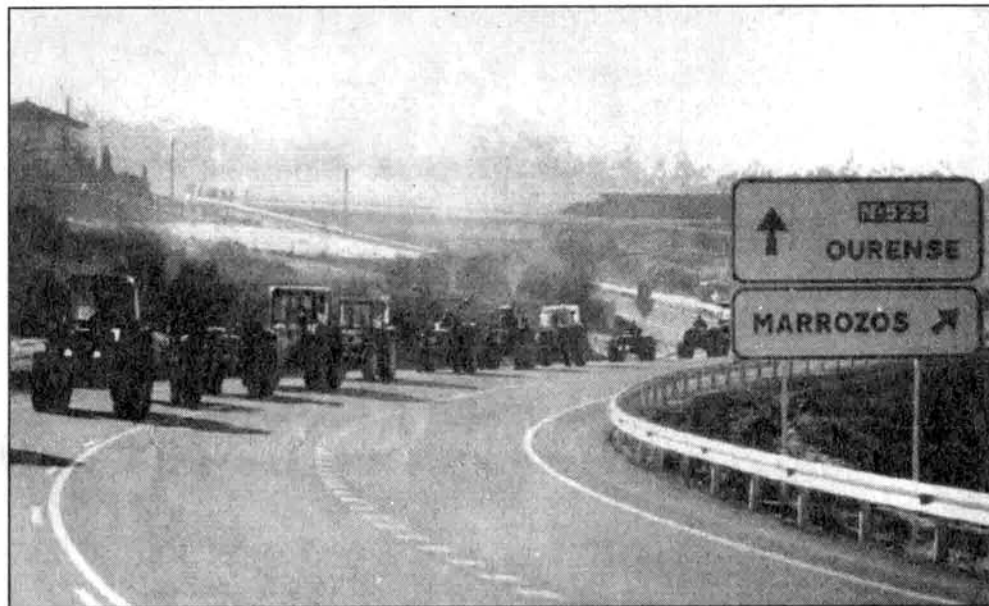
Vice-Rei da colónia. Que Dis Guedes?

Na seguridade de quem fala com onnipotente poder de gerar títulos e com todos os meios de comunicaçom pendentes da sua última elucubraçom, o Vice-Rei de Espanha na Galiza dá conferências de imprensa. Quando nom para emitir juízos de valor sobre a última manifestaçom de operários, fai-no sobre a última do estudantado, a última dos labregos e labregas que manifestando-se contra as multas por produzir leite, convocam umha tractorada, ou sobre o envio de supostas cartas-bomba. O Vice-Rei, com cara de moço das juventudes fascistas, cabelo peiteado e olhada de seminarista da Opus, proclama, a partir das manifestações, de acordo com as suas fontes. Sempre som gentes manipuladas, sem nengumha representaçom social, «grupúsculos de agitadores». Sempre aproveitará para explicar a sua teoria: «conexões Galiza-Euskadi». Galegos treinando-se em Euskadi, etarras adestrando gentes na Galiza, iluminados provocando «Guerrilha Urbana», corruptores da mocidade e tramas secretas para acabar com a paz social. Em tempos de Franco o Vice-Rei e D. Manuel usavam os mesmos argumentos contra os comunistas-vermelhos, agora som os nacionalistas-independentistas. Mas na sua ignorância e prepotência segue fazendo que o movimento independentista ocupe as primeiras páginas nos jornais, constituindo por si próprio um referente para a populaçom.

ou crise nacional



Novembro e Dezembro fôrom meses duros para os empregados de Endesa, manifestações e cargas policiais desmedidas. A reivindicação é a segurança no emprego e contra a reestruturação de postos de trabalho.



O sector agrícola leva anos em protestos quase contínuos pelo direito a produzir e comercializar dignamente os seus produtos: leite e patacas sempre no centro dos conflitos. Especial relevância têm as mobilizações nacionais de tractores a cortarem o trânsito.

Do conflito particular à crise nacional

Comunicados, solicitudes a concelhos, ao governo, encerrros, greves, manifestações, diálogos entre associações, sindicatos e a administração sucedem-se diariamente no nosso país numa interminável série de protestos contra uma situação social e económica decadente. É significativo que durante o passado ano 1996 tivessem lugar na cidade de Compostela uma média de 3 manifestações por dia.

Contudo, as contínuas manifestações e protestos, organizados na maior parte por sindicatos e associações nacionalistas que defendem os interesses populares, perdem efectividade enquanto não se informar sobre o mal-estar geral que sofre o país, encarando cada conflito sectorial desde a perspectiva global, nacional, do mesmo.

Desde os sectores produtivos, como o sector lácteo, os pataqueiros, os empregados de Endesa e de empresas como Larsa, Raul, Pérez Curto, os dos estaleiros, os marinheiros, passando polos universitários, estudantes de ensino secundário, os funcionários públicos, até mesmo os ambientalistas, os insubmissos, as associações de vizinhos, os grupos de normalização lingüística e associações e empresas culturais, todos eles agredidos polo governo, amiúde não chegam a enquadrar o conflito particular que vivem como mais um efeito de uma crise muito mais ampla, ignorando cada grupo não ser o único a sofrer a violência do governo ultradireitista de Fraga Iribarne, que coloca a riqueza do país ao serviço de interesses alheios, de Espanha, quando não da Alemanha ou da França, e sempre, do capitalismo selvagem.

Som muitos os problemas que sofre a nossa sociedade, ainda que muitos deles fiquem isolados e sejam desconhecidos por alguns sectores descontentes com as medidas tomadas polos governos galego e espanhol.

Os centos de manifestações e conflitos surgidos na Galiza durante o passado ano não foram reflectidos nos meios de comunicação como uma crise nacional provocada pola política de posta em venda e esbanjamento realizada polo PP por meio das mãos do que foi ministro franquista, Manuel Fraga, nem tampouco foram unidas num movimento de insubmissão à política do poder. Por isso será necessário num próximo futuro dar o passo à greve geral.

Os principais sectores sócio-económicos da Galiza, agredidos, ocultados e indefesos perante um governo predador, estão a desenvolver uma revolução silenciada que só alcançará verdadeira solução na independência.

Governo autoritário e violência policial

O governo autonómico, fiel à sua ideologia autoritária, que concebe o cidadão como súbdito ou vassalo, interpreta os protestos e manifestações como actos de violência que põem em perigo a sua autoridade. O cidadão rebelde e insubmisso é, para o poder autoritário, um perigo que deve ser isolado e criminalizado. Com este fim, e em primeiro lugar, o poder manipula a informação, contando para isto com os meios públicos e com a maioria dos privados, amordaçados com subvenções várias e publicidade institucional. É assim que a CIG se converte no braço armado do BNG, que os marinheiros queimam os montes, que a AMI organiza a «guerrilha urbana» leccionada por Jarrai, que os reintegracionistas confundem

ao povo e somos intolerantes com o circo normativo e, enfim, que portodo o país surgem grupos terroristas contra os que deve intervir a polícia: 3000 trabalhadores de Endesa em defesa dos seus direitos laborais, 2000 estudantes manifestando-se polo ensino público, 200 pessoas do Portinho desalojadas

co a catástrofe de Bens, a mocidade independentista da AMI, um grupo de pessoas contrárias ao traçado da autoestrada ao passo polo Vale Minhor que foram sancionadas e insultadas por Fraga, a mocidade de Galiza Nova que denunciava a política laboral juvenil da

Junta, um grupo de manifestantes contra a exploração dos trabalhadores da McDonald's de Vigo...

A campanha de criminalização do nacionalismo galego levada a cabo pola Junta nas passadas eleições estatais fracassou ao alcançar o nacionalismo institucional dos parlamentos. A partir de aí, o que fora uma estratégia pontual e em certo modo excepcional, passou a converter-se na norma. Explica-se assim o nomeamento de Pérez Varela à frente da Conselharia de Comunicação (adaptação autonómica do Ministério de Informação franquista, que detinha o próprio Fraga). Não podem proibir, sequestrar ou cerrar os escassos meios de informação dissidentes nem as diversas organizações que, em maior ou menor grau, questionam o sistema.

A pouco e pouco, uma boa parte do povo deixa de acreditar na autoridade e passa a

confiar nas organizações que sabe que vêm defendendo os seus interesses nas últimas décadas, pondo de lado a criminalização que a autoridade faz dessas organizações. E então a autoridade recorre abertamente e sem o mínimo dissimulo ao recurso ao que esta tendia naturalmente, mas ao que amiúde devia renunciar para fazer crível a maquilhagem pseudodemocrática com que se cobria.

Os trabalhadores de empresas como Povisa ou Endesa, os estudantes, os jovens que protestam polo desemprego, os independentistas, sofrem o auge da violência autoritária do Estado, concebida como «violência legítima do Estado», em palavras de Manuel Fraga. O cúmulo do sarcasmo é que o anónimo envio ao presidente dum autocolante de Galiza Nova de Ribeira denunciando a violência policial, junto com um despertador, seja utilizado para acusar o nacionalismo de violento e macabro. Um nacionalismo violento e agredido que não deveria amedrontar-se nem entrar no jogo colocando-se a meta de conseguir o maior número possível de votos, mas que deveria, ao contrário, radicalizar as suas posturas dirigindo os seus esforços à consecução do maior número possível de consciências despertas, de cidadãos livres e insubmissos ao poder autoritário.

Ficam cada dia mais evidentes as contradições entre os interesses objectivos da maioria da cidadania galega e os interesses defendidos polos governos autonómico e estatal. Estes não podem tolerar que o povo confie nas organizações nacionalistas, como garantes dos seus direitos, porquanto poderiam mobilizar a sociedade para a tomada de consciência destas contradições, desde uma posição de compromisso e liberdade que só elas podem adoptar. O que seria desastroso para o sistema e para o poder caciquil e autoritário que hoje, como ontem, sofremos.

O compromisso necessita cobertura económica



Caixa Galiza 0222 DC 43 3000075486



PIZAS, FRANGO, EMPADA, LASANHA OMELETE, ESPARGUETE

Entregas ao Domicílio

XANTAR EXPRESS

TELEFONE (981)

57 57 00

R./ Quiroga Palacios, 22 - Santiago de Compostela



Quais os limites territoriais?

O passado dia 28 de Dezembro desenvolveu-se em Vila Franca do Berço a IV Jornada da Cultura e da Língua Galega no Berço, organizada pela Associação Cultural «Escola de Gaitas». Nesta Jornada participaram Méndez Ferrín e Antón Santamarina. Umha das conferências tratou a figura de António Fernandes e Morales, escritor bercião do século XIX, autor da primeira obra publicada em galego depois dos Séculos Escuros.

No ano 1833 decidia-se quase definitivamente a reordenação territorial de Espanha. Nesse ano, um Real Decreto de 30 de Novembro fixa em quarenta e nove o número de províncias, de maneira semelhante aos distritos franceses. Dom Javier de Burgos, ministro do Fomento, faz desaparecer conceitos como Galiza, Aragom... salvo como referências históricas.

Esta divisom consagra a desapareçom de umha parte da Galiza: é a partir desse momento, que as terras mais orientais do país ficam sob a administração das províncias de Leom, Astúrias e Samora.

Com efeito, ainda hoje trinta e dous concelhos administrativamente nom galegos, têm reconhecido o seu carácter etnolinguístico galego. Um reconhecimento que pouco ou nada significa; a Galiza nom administrativa padece umha situaçom de indefensom. Se nas «províncias» galegas padecemos a situaçom que sabemos, que imaginamos acontecerá na Galiza «exterior»?

Até o momento, poucas vozes e de maneira tímida, têm opinado sobre o tema. Para o nacionalismo galego e para o galeguismo este desconhecimento é umha carência ideológica. Estas linhas querem ser, pois, um pequeno contributo para umha explicaçom ao problema.

Dialectologicamente, e seguindo o ALG*, o galego-português da zona pertence ao Bloco Oriental, em que se incluem também os concelhos mais orientais da Galiza administrativa. Estes falares caracterizam-se por traços muito conservadores, mas possuem inovações. Os mais importantes som os seguintes:

1. Plural tipo caracóis, animais, nos nomes acabados em -l, salvo no galego-português da administração asturiana onde o -l latino nom desapareceu.

2. Plural tipo caís, ladrois, nos nomes acabados em -m.

3. Terminaçom -im: padrim, camim.

4. Conservaçom do -u nas formas quando, quatro, guardar.

5. Formas partiu-o, comeu-o, deixou-o, salvo na zona administrada por Astúrias e nos Ancares mais orientais.

6. Radical fez-, fiz- no pretérito perfeito e tempos próximos do verbo fazer com fig- (fizem; figem).

7. Formas verbais fais, pois, com ditongo e faim, poim, com nasalidade.

8. Formas em -is na segunda pessoa do plural nos tempos verbais, salvo no indicativo pretérito perfeito: andais, comais, parti; andávais, comíais, partíais.

9. Formas verbais com nasalidade final mui marcada: andeim, andareim.

10. Formas baxo, caxa... por baixo, caixa.

11. Os grupos latinos -ULT-, -UCT-, etc. podem originar soluções como: muito, mútio, muto; luta, lúta; noite; coiro.

Resumidos, podem ser estes os traços caracterizadores das falas orientais. Os pontos 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 11 coincidem essencialmente com as formas do padrom português e nom tiveram entrada na actual normativa do galego, desenhada pelo Instituto da Língua Galega. Som tam galego-portuguesas essas formas quanto quaisquer outras? Se assim for, por que ficárom descaradamente à margem?

Um assunto como a reivindicaçom dos direitos linguísticos de umha parte da Galiza que nom se inclui nos mapas «autónómicos» nom deve ser esquecido pelo nacionalismo mais consequente e coerente. No reconhecimento da comunidade linguística a que se pertence está grande parte do reconhecimento da naçom de que se faz parte.

* Atlas Lingüístico Galego I, Morfoloxía Verbal e Atlas Lingüístico Galego II, Morfoloxía non Verbal. Fundação Pedro Barrié de la Maza. Corunha, 1990 e 1995, respect.



Mapa do galego mais oriental

música língua

INADAPTATS: MÚSICA DESDE A BARRICADA

Falar de Inadaptats é falar de trabalho colectivo, de luta comum sem preconceitos e dignidade popular. Este colectivo criado em Vilafranca del Penedès, Catalunha, recolhe a essência da luta por umha sociedade justa e a liberdade dos povos oprimidos; assim fai vários anos estas ideias som passadas ao pentagrama da revolução e o compromisso destes cinco moços. O seu primeiro LP, «Crítica social» ensina-nos a forte música que quer golpear o sistema, letras contundentes e um punk-rock com vontade de ser perfilado para um som mais definido. Será no seu segundo trabalho «Per tots els mitjans» onde nos dêem um pontapé na testa com a sua força; letras muito bem elaboradas, introduções em forma de canções de Vitor Jara e cantautores latino-americanos ou fragmentos de discursos de Lénine, Malcolm X ou Che Guevara. Chama a atençom a voz de Alex que se che mete nos miolos deixando-cho bem clarinho o que pensa; e as guitarras de Joki e Trasho, junto ao baixista Bull, perfilam a melodia e dam uns ritmos que passam do Trash ao Rap ou ao Ska através das mãos de Manuel, o seu bateria.

Estando em preparaçom o seu novo LP e trás um single onde tocam umha versom da conhecida «La Gallineta» de Lluís Llach junto a duas canções mais; aguardamos podam passar de novo polo nosso país para deleitar-nos como já o fizeram no 25 de Julho no concerto organizado pela AMI em Compostela, junto a Etsaiak e Xenreira. Por último falar do trabalho que o selo «Capità Swing» está a fazer polos novos grupos dos Países catalães que estão a sair: Entrevandals ou Skaparapid. Estes últimos, após a maqueta, vêm de tirar o seu primeiro CD com este selo e a finais de Fevereiro estarão de gira polo país. Sem mais, recomendamos-vos o trabalho de um dos grupos que mais está revolucionando (e nunca melhor dito) a naçom catalã e as mentes de alguns e algumas de nós. «Per tots el mitjans, fins conseguir la llibertat...»

Seném



CD de Inadaptats. «Per tots els mitjans».



Morreu Coromines

No 2 de Janeiro de 1997 faleceu em Pineda de Mar, Catalunha, Joan Coromines, um dos romanistas mais importantes de todos os tempos e patriarca indiscutível da linguística catalã. Coromines era o intelectual insubornavelmente comprometido com a normalizaçom política e cultural do seu país. Deixou umha monumental obra filológica que, para além do catalão, abrangeu o castelhano e o galego-português. No nosso domínio linguístico, advogou inequivocamente polo reintegracionismo e declarou-se admirador da figura de Castelhão. Entendendo o independentismo catalão como umha ideologia humanista e pacifista, Coromines manifestava-se a favor de umha relaçom respeitosa entre as línguas e as nações, pois «como umha língua nom pode caracterizar-se sem se recorrer ao confronto com outra, assim os povos podem entender-se apenas em referência a outros».

Comemoraçom do nascimento de Lapa

Nos dias 17, 18 e 19 de Abril de 1997 vai realizar-se na Anadia, no distrito português de Aveiro, o Colóquio Internacional Filologia, Literatura e Linguística, integrado nas comemorações do nascimento de Manuel Rodrigues Lapa. Pretende-se assim lembrar a actividade científica deste ilustre professor e trazer algum contributo para o avanço do conhecimento nos domínios da filologia, literatura e linguística.

As pessoas que desejarem inscrever-se como participantes deverão endereçar as suas solicitudes ao Secretariado do Colóquio Internacional Filologia, Literatura e Linguística, Apartado 139, 3781 Anadia Codex.

Seat Arousa

Continua a campanha da Mesa e do MDL pola galeguizaçom do topónimo na marca de carros, prevendo-se boicots aos produtos Seat e outros actos de protesto.

OS MERENDINHAS

© HOXÓN - PARADELO - 97.



janela da língua

Por Konstantino Graphia

primeiro, halomenos hé ho húniko heskritor ke husa ha sejunda forma do hartijo; pro os linjuistas ha go-go do ILG handan ha belas bir deske lles falto eu. Koma os lusistas hos tildan de hespañoleiros he renejados ke biben he veven ha konta do loro moskovita da Xunta, hoptaron por hapoiarse en Serrin ha ken konsideran depositario das kontraetiquetas de jarantia de jalejidade da firma Arnoia.

Heste, hasemade de hanimador de háureas pelouradas, haktua de sicofante fronte hós lusistas hós ke chama mamoncetes he pekenos burjeses sen masifikar, he kando lle sai ho hesprito de corpo trikorne he casa-cuartel, cheja a dicir ko rintejracionismo hé un krime de lesa patria he ko huso da miña normatiba hé un deber patriótiko. Ho resultado non pode ser mais halentador. Dos seus halunos, ho ke non termina de caveza rapada faise lusista.

Hás suas hanálises políticas non se lles pode nejar bisión de futuro, hainda ke hestean un pouco jafadas. Há semana de darlle por defender ho sozialismo real, kaiu ho muro de Berlin. Konbertiuse hen hapadriñador de Jomeini, Sadam Husein, Zhirinoski he hajora de Milosevic. Ho primeiro xa palmou he hós houtros non lles harrendo ha jañanzia.

Na realidade, ho ke lle vai hé fazer hamijos. Dempois de meterse kos lusistas, tomouna ko BNG, lojo ka Nosa Terra, kon Amnistia Internacional, kon Greenpeace, kas ONG he hata kas monxiñas de Ruanda. Tantas horas de varallar ho naipe na mesa camilla kon Pinillo, Hilguera e Gracia von Babel, pra dar nisto. Koido, sinzeiramente, ke tiñamos ke konbenzer ha Serrin pra ke se fixera rintejracionista. Si non, hestamos perdidos.

¡BAIA APOIO!

Hos dous peares literarios da miña normatiba son Alfredo Esconde, haspirante hó Premio Nobel, he X. L. (Talha Jrande) Menthes Serrín, ho Sanchez-Dragó das nosas letras.

De ter ke heskoller, kedariame ko



A esmagadora presença de jogadores estrangeiros dificulta seriamente a realidade dumha selecção galega. As nossas reivindicações devem demandar «canteira» de jogadores nacionais. Na foto, Martins e Ratkovic.

palestra pública

Polos Siareiros Galegos

Futebol tampouco, e muito menos desses porcos da Junta da Galiza. Por isso nasceu SG (Siareiros Galegos) para reivindicar o que é nosso, do povo galego, o direito a ter umha representação própria, a que os jogadores galegos podam representar com orgulho a sua pátria em todo o mundo.

Há que erguer a selecção galega dos anos 20 e 30, é o momento, agora, em pleno auge do futebol galego. Os jogadores e treinadores já se pronunciaram ao respeito. Também há milheiros de assinaturas recolhidas em todo o país a favor da nossa selecção e há antecedentes históricos, que dam força à nossa petição: aquela selecção de 1922 com jogadores galegos como Pinilha, Polo, Albino ou Passarim. Na actualidade há também umha equipa competitiva. Já ganhámos umha vez a Espanha por quatro a um, e poderíamos voltar a fazê-lo com Fram, José Ramon, Nacho, David, Biqueira, Michel Salgado, Fernando Porto, Outeiro, Lousada, Manuel: sem dúvida, umha grande equipa, para umha grande nação.

O nosso sonho é justo, formoso e possível, mas temos que fazer ouvir a nossa voz. Seria precioso poder ver siareiros do Compos, Depor, Celta, Ourense, Lugo, as Pontes, Racing... todos animando a equipa do seu país, poder sentir todos juntos as nossas cores...

Mas também há umha pátria submetida, galegos e galegas nas cadeias espanholas, por defender a sua terra, outros sofrendo na sua pele a emigração.. e os nossos colonizadores nom nos vam dar nada, temos que arrincar-lho. As cousas que valem a pena nom as dam de graça, há que lutar por consegui-las, temos que revelar-nos.

A criação de umha selecção galega ajudaria a erguer a ultrajada identidade do nosso povo, e isso os que têm o poder sabem-no mui bem, têm medo de que o nosso povo recupere a consciência perdida em tantos séculos de ocupação. Por isso a nossa luta nom pode estar restringida ao terreno do futebol, tem de ser umha luta de consciencialização da mocidade e da sociedade em geral, no futebol, na escola, no trabalho, na rua....

lexico-grafando

«americanizadas» cantam-lhes o PARABÉNS A VOÇÊ ou PARABÉNS PARA TI, adaptação do inglês «Happy Birthday to you», cantado com a mesma música. Na Galiza nom é tradicional, embora com a pressom da TV se tenha vindo a popularizar. De cantá-lo, melhor em galego. Ei-íó:

Parabéns para ti
nesta data querida
muitas felicidades
muitos anos de vida.

Hoje é dia de festa
cantam as nossas almas
para a menina **Gralha**
umha salva de palmas.

Tenha sempre do bom
do que a vida contém
tenha muita saúde
e amigos/as também.

Esta última estrofe canta-se às vezes, ou antes da anterior segundo as versões.

Outro costume das crianças é levar REBUÇADOS à escola, repartindo-os entre as companheiras e companheiros. Os rebuçados, sempre de tamanho reduzido, costumam levar dous invólucros, um deles plastificado, polo que som bastante antiecológicos. Consome-se muita energia para fabricar estes envoltórios, que para nada servem, pois acabam indo para o lixo. Além disso nom esqueçamos que chupar um rebuçado produz cáries.

Negu Gorriak

Atençom seguidores do grupo basco Negu Gorriak. Rumoreja-se que podería haver concerto de despedida do grupo. A celebraçom do mesmo está condicionada pola possibilidade de sairem ganhadores da sua particular batalha nos tribunais com o coronel da «Guardia Civil», Rodríguez Galindo. De triunfar a liberdade de expressom a festa pode ser realmente apoteótica.

Autocolantes

Um assinante do País Basco busca gente que queira intercambiar autocolantes. De alguém estar interessado pode escrever para:

Mikel Barrundo Kalea, 2, 5 esk.
48450 Etxebarrí (Bizkaia)
País Basco

Constantinopla

Saiu Constantinopla (Boletim de Língua) com artigos sobre o polémico Congresso do ILG e Timor Leste. Interessados, escrevei para: MDL Compostela. Apartado 850. Compostela.

Língua Nacional

Boletim do MDL (Movimento Defesa da Língua). Inclui Campanhas de Normalização sobre a imprensa, V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa... Se queres recebê-lo escreve para:

MDL. Apartado 570. Ferrol.

Em pé de guerra

Em pé de guerra, boletim dos Siareiros Galegos, inclui no seu último número informaçom sobre a Selecção Galega de Futebol, Grei Gentilha, Celtarras, Cannabis. Apartado 354. 36202 Vigo.

Llengües Vives

Llengües Vives. Boletim com ampla secção dedicada ao galego-português, para além das que tratam sobre o aragonês, asturleonês, vasconço, ocitano e catalám.

Apartado 5224; 08080 Barcelona; Catalunha.

Os Papeiros

Este cinema-club chantadino já tem demonstrado as suas simpatias por Portugal, organizando seminários, cursos, conferências, actos musicais. Neste ano tem previsto realizar um intercâmbio cultural com gentes da vila minhota de Monção.

Siareiros Galegos

Parabéns públicos para os Siareiros, pola organizaçom do concerto pró-selecção galega celebrado na Estrada. Foi umha das manifestações culturais mais brilhantes dos últimos tempos, com grupos de excelente qualidade, um local acolhedor, bons preços e boa organizaçom.

e também...

LIVROS

TÊXTIL

LIVROS

COMPACTOS

Nº de Conta _____

Data _____